

Ontem e hoje: os resquícios e nuances das colonialidades

Yesterday and today: the remnants and leftovers of colonialities

Fábio Cardoso Lopes¹

Resumo: As práticas violentas da colonização ainda se manifestam através das colonialidades do poder, saber e ser. A criação do conceito social de raça foi um instrumento fundamental na colonização, defendendo a exploração e a violência contra povos colonizados. Nosso objetivo é traçar um paralelo entre a criação desse conceito social de raça, que fundamentou e justificou a colonização e suas ações brutais, e como isso reverbera no presente por meio da colonialidade. O percurso metodológico inclui um estudo teórico, dialogando com autores do coletivo modernidade/colonialidade e outros pesquisadores contemporâneos que problematizam as ressonâncias das estratégias coloniais reconfiguradas e as inúmeras formas de brutalidade no cotidiano. Os autores pontuam que a colonialidade é uma atualização do colonialismo, repercutindo nas relações de poder, na construção de conhecimento (saber) e na produção das identidades (ser). Por fim, destacamos como a colonização, repaginada na colonialidade, ainda incide e impacta as vidas sob o domínio do capitalismo neoliberal. Os abismos sociais, econômicos e raciais, a invisibilidade de saberes não ocidentais e a desumanização dos sujeitos colonizados são práticas reiteradas de como a empreitada colonial, pela via da colonialidade em sua tríade: poder, saber e ser, continua a moldar o mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Colonização; Modernidade/Colonialidade; Brutalidade.

Abstract: The violent practices of colonization still manifest through the colonialities of power, knowledge, and being. The creation of the social concept of race was a fundamental tool in colonization, justifying the exploitation and violence against colonized peoples. Our goal is to draw a parallel between the creation of this social concept of race, which underpinned and justified colonization and its brutal actions, and how this reverberates in the present through coloniality. The methodological approach includes a theoretical study, engaging with authors from the modernity/coloniality collective and other contemporary researchers who problematize the resonances of reconfigured colonial strategies and the numerous forms of everyday brutality. These authors argue that coloniality is an update of colonialism, impacting power relations, the construction of knowledge, and the production of identities. Finally, we highlight how colonization, rebranded as coloniality, still affects and impacts lives under the domain of neoliberal capitalism. Social, economic, and racial inequalities, the invisibility of non-Western knowledge, and the dehumanization of colonized subjects are reiterated practices of how the colonial enterprise, through the lens of coloniality in its triad: power, knowledge, and being, continues to shape the contemporary world.

Keywords: Colonization; Modernity/Coloniality; Brutality.

¹ Mestre em Psicologia Social e Processos Institucionais (UEL), Psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social no município de Rio Branco do Ivaí-PR.

1. Algumas notas preliminares (Introdução).

A colonialidade é uma estrutura complexa que ecoa até os dias atuais, sendo constituída pelo domínio e controle de diversas instâncias interligadas (Mignolo, 2008). Está arraigada a uma noção civilizatória de progresso e desenvolvimento ocidental (eurocentrismo), que conceitua e legitima a si própria como modelo (padrão) por intermédio de seus atores, instituições, pensamentos e linguagens. Dessa feita, “[...] a presença colonial é sempre ambivalente, dividida entre seu surgimento como original e legítima e sua articulação como repetição e diferença” (Bhabha, 2013, p. 179). Essa legitimação soberana justificaria seu poderio violento na prática das expropriações, explorações e imposição dos seus parâmetros de existência. De certo, essa estrutura se arroga “[...] como controladora não só da economia e da autoridade, mas também da subjetividade e do conhecimento de povos e etnias não ocidentais” (Pinto; Mignolo, 2015, p. 383). Resumindo, o colonialismo se atualiza na colonialidade.

As ramificações da colonialidade pressupõem a compreensão da Europa numa perspectiva de centralidade do processo civilizatório e de desenvolvimento cultural do mundo, subjungando o restante como primitivo e selvagem. Esse entendimento coincidia com a ideia do europeu como definição do que era considerado humano e civilizado. Igualmente, a Europa emergia como centro do mundo, delimitando as demais regiões geográficas como sua periferia e o europeu como o ser humano por excelência, distinguindo-se dos demais, os selvagens. Os europeus consideravam-se os portadores do desenvolvimento/progresso e os colonizados, os primitivos/atrasados, uma classe entre o homem e o animal.

A própria noção de raça (categoria imagética) nasce atrelada à suposta animosidade dos selvagens numa tentativa perversa de justificar a violência da empreitada colonial. Essa nefasta compreensão encontrava eco na manutenção do necropoder enquanto instância soberana na qual o Estado (nesse caso, a Colônia) selecionava quem merece e deve viver e quem não é digno de existir. Ou seja, uma necropolítica racista e violenta de propagação e perpetuação da morte.

Sob esse ponto de vista, o presente ensaio teórico-conceitual propõe estabelecer um paralelo entre a colonização, a modernidade e as colonialidades, tendo a

invenção da ideia de raça como um elemento balizador e constitutivo das brutalidades e violências atualizadas no estilo de vida contemporâneo. Para concretizar a referida proposta, escolhemos como itinerário metodológico aproximações com o aporte teórico dos autores do coletivo modernidade/colonialidade, tais como Dussel, Grosfoguel, Maldonado-Torres, Mignolo e Quijano, em intersecção com outros pesquisadores que discutem as proximidades entre a colonização e a barbárie internalizada na modernidade, mediante a disseminação das colonialidades do poder, do ser e do saber. O trabalho está estruturado em três blocos com diversas ramificações internas. Primeiramente, fazemos uma sucinta contextualização da colonização, destacando sua proximidade com o capitalismo e a relação implícita com a colonialidade. Em seguida, pontuamos algumas características das práticas coloniais que reverberam através das colonialidades. Por fim, traçamos um paralelo entre a violência perpetrada durante a colonização, refletida na modernidade e nas brutalidades repaginadas através das colonialidades.

2. Colonização, colonialidades e brutalidades.

A colonização impôs e instaurou uma gradação valorativa da vida, na qual algumas existências são consideradas mais significativas e importantes que outras. Essa distinção estava embasada na diferenciação racial, denominando os seres humanos não europeus como selvagens, ou seja, uma classe intermediária entre o homem e os animais. Atinente ao pensamento da época, Kabengele Munanga (1999, p. 25) nos diz que essa ideia encontrava ressonância numa categoria fantasiosa pela qual as diversas “[...] raças humanas são resultado de uma mestiçagem primitiva que corrompeu o homem branco, misturando seu sangue com o sangue das bestas (animais)”.

É pautado nesse entendimento que o direito ao extermínio (soberano) pôde se materializar e se fazer presente e real. Ao supor que os selvagens não pertencem à humanidade e, desta forma, vinculá-los aos animais irracionais e inferiores, assassiná-los não seria reprovável, mas uma decorrência do processo civilizatório (empreendimento colonialista). Os colonizadores, em conluio com os jesuítas, estavam crentes de que faziam o trabalho de Deus, levando a palavra e a cruz (luz) da civilização/salvação aos recônditos

rincões e iluminando, retirando das trevas da bestialidade, aqueles ignorantes, grosseiros, incultos e pagãos.

Desse ponto de vista, Ballestrin (2017, p. 507) elucida que a "[...] colonialidade é a lógica do colonialismo, mesmo após o processo formal de descolonização". Com base no exposto, Quijano (2009, p. 74) nos diz que a “[...] colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista”. O autor reitera que a manutenção da colonialidade advém da junção e coesão de duas etapas históricas adversas. Primeiro, a concretização efetiva da expansão, domínio e controle pelos portugueses e espanhóis da América através da colonização, culminando com a invenção da modernidade/colonialidade e a classificação étnica-racial dos povos (superiores/inferiores). De acordo com Munanga (2004, p. 3), essa hierarquização oriunda da diferenciação de raças estabeleceu uma escala de valores sedimentados na “[...] relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais”. Essa classificação estava calcada na ideia pífida de raça enquanto uma categoria política de viés econômico, construída numa perspectiva histórica e social proveniente de caracteres espaciais, físicos e culturais. O escopo precípua dessa classificação era atender às demandas da empresa colonial, alicerçadas na “[...] distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem [...]” (Almeida, 2018, p. 19)ⁱ.

O segundo ponto contemplava a conjunção e o controle dos recursos, dos produtos e das formas/organização do trabalho sob a égide do capital e do mercado mundial articulado à globalização da modernidade/colonialidade e ao capitalismo eurocêntrico. Essa estrutura de poder e expropriação das colônias pautava-se na exploração da mão de obra e na pilhagem (assalto) dos recursos naturais para abastecer o desenvolvimento em diversas searas da metrópole e sustentar o padrão de vida da elite. A colonialidade, como uma questão de poder e suas afetações, estava incrustada no domínio das formas/modos de trabalho, na centralização do Estado (mercado/capital), na hierarquização das relações sexuais (patriarcado), na classificação dos povos (raça/etnia) e na padronização do conhecimento e modos de vida (subjetividades) eurocentrados como axiomas (Quijano, 2009).

3. A tríade das colonialidades: poder, saber e ser.

Concernente à colonialidade do poder, Oliveira (2018) pondera que sua materialidade “[...] restringe a ordem social da Modernidade aos povos brancos. A colonialidade do poder interdita a vida qualificada, restringe as vidas dos povos não brancos, negros e indígenas à condição de vidas nuas” (p. 56). De fato, uma das consequências mais estereotipadas da colonialidade em suas práticas classificatórias e hierarquizadas é atribuir valor às existências e determinar quais vidas são passíveis de serem dizimadas e quais vidas “merecem” atenção, cuidado e garantias de direitos. Em concordância com Mignolo (2005, p. 34), “[...] a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza”. O centro como produtor de tecnologias, conhecimento científico, arte, cultura e formas de vida adequadas (civilizadas) e a periferia como a outra face/sombra, fornecedores de recursos materiais e mão de obra braçal e precarizada (selvagens).

Sobre esse imbróglio, Quijano (2009, p. 72) nos lembra que a colonialidade repousa estruturada através da “[...] imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal”. Em síntese, “[...] Origina-se e mundializa-se a partir da América” (Quijano, 2009, p. 72).

Conforme Ballestrin (2013), a colonialidade do poder preconiza uma bifurcação teleológica, pois, de um lado, “[...] exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (p. 99). Basta ver como ainda presenciamos os resquícios e os ecos da colonização nas esferas cotidianas que rasgam e ferem de maneira exacerbada os viventes, impactando em demasia os arranjos da vida no mundo. De outro lado, a autora contempla que a colonialidade “[...] possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade” (Ballestrin, 2013, p. 100). Entretanto, esses processos disruptivos continuam sangrando como feridas abertas, acarretando novas chagas, dores e sofrimentos que ferem as vidas e seus viventes.

Já que vem ao caso, Grosfoguel (2008, p. 126) discorre que a colonialidade do poder acarreta um:

[...] processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais.

Nesta condição, a colonialidade do poder encontra-se incrustada na própria concepção histórica, social e cultural, produzindo e reproduzindo efeitos, subjetividades, gestando privilégios, comprimindo espaços-tempo e monopolizando vidas divergentes à sua matriz de controle. Vidas que são enviesadas pela perspectiva eurocêntrica - imputada como axioma e diapasão de aferição, valoração e gradação do mundo.

Apoiados nessas premissas, Souza e Lima (2021) salientam que essa estrutura complexa está implicitamente imbricada à colonialidade do ser e do saber, atravessada pela verticalidade do poder. O projeto de destruição em massa do ser implica na destituição, desvalorização ou apagamento de seu saber (memórias, fazeres, pertencimentos, territorialidades, espiritualidades, cultura, afetos, etc.) articulado à operação de poder que verticaliza e regulariza como determinante apenas um formato axiomático de conhecimento embebido na racionalidade. As formas e modos de ser, saber e poder foram e são determinadas pela atualização do colonialismo (colonialidades) como atravessador e marcador social – produtor de verdades. Dito de outro modo é impossível separar a conexão implícita entre poder, saber (conhecimento) e ser (identidades).

Com o escopo de elucidar essa análise implícita entre a verdade, o poder, o saber e o ser, nos apoiamos nas ideias de Bauman (1998), salientando que “[...] a noção de verdade pertence à retórica do poder” (p. 43). Além disso, a razão que produz a verdade a partir de instâncias verticalizadas de poder também gera assimetrias e disparidades hierarquizadas nos modos de produção do conhecimento (saber) e na disseminação das formas coerentes de identidades, existências e vida (ser).

Muito mais do que supostamente incluir a ideia de verdade advinda das relações díspares de poder, saber e ser pressupõe a exclusão e o rebaixamento daqueles que estão à margem do alcance de suas asas ou guarita. Sobre isso, o autor pondera que “[...] a disputa é acerca do estabelecimento ou reafirmação das relações de superioridade e inferioridade, de dominação e submissão, entre os detentores de crenças” (Bauman, 1998, p. 143). A distinção é vertical, por isso, um lado possui poder e impõe sua verdade pela força.

Por outro lado, aqueles desprovidos do poder e que carecem se submetem às verdades alheias impostas.

Os pesquisadores Souza e Lima (2021) atentam para o fato de que a “[...] colonialidade do poder, saber e ser alicerçam uma modernidade que se apresenta enquanto emancipatória e garantidora do progresso de toda a humanidade” (p. 90). Nessa visão, os autores indicam que o poder atravessa todas “[...] as formas de desumanização do outro [...]”, as quais “[...] estão vinculadas com o assassinato de qualquer forma outra de produção de conhecimento e/ou de formas outras de ontologia” (p. 90).

Seja dito de passagem que a modernidade ocidental estava atrelada à dicotomia humano *versus* não humano replicada pela lógica colonial/moderna. Como nos adverte Lugones (2014, p. 936), os “[...] povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens”. Além do que, a missão civilizatória e o processo desenvolvimentista estavam apoiados na cartilha catequizadora perpetrada pelos “[...] ideais culturais colonialistas de progresso, devoção, racionalidade e ordem” (Bhabha, 2013, p. 212). Tais ideais pressupunham a conversão ao cristianismo e o conseqüente julgamento dos pagãos, justificando as enormes crueldades impostas aos povos originários. Em outras palavras, a “[...] dicotomia hierárquica como uma marca do humano também tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as” (Lugones, 2014, p. 936).

Atualmente, essa lógica persiste através da colonialidade, que mantém e reconfigura as estruturas de poder, conhecimento e identidade. Em resumo, a colonialidade do poder refere-se à continuidade das hierarquias raciais e desigualdades econômicas estabelecidas durante a colonização. A colonialidade do saber, por sua vez, valida e exalta o conhecimento eurocêntrico em detrimento dos saberes indígenas e africanos. Finalmente, a colonialidade do ser promove a desumanização e marginalização dos povos colonizados, limitando sua plena humanidade e cidadania.

4. Modernidade/colonialidade e a perpetuação da brutalidade.

O fundamento precípua da modernidade/colonialidade perfaz na centralização de um novo tipo de poder moderno assentado na manutenção da exploração, dominação,

extermínio e globalização. Por falar nisso, Maldonado-Torres (2008, p. 88) reitera que esse “[...] novo padrão de dominação e exploração envolvia uma articulação entre raça e capitalismo [...]”. Outrossim, essa formatação de poder, assentada na exploração, dominação e globalização, fomentou o substrato basal para a colonialidade do saber vir à tona e disseminar suas ramificações nas formas de ser.

Por esse ângulo, “[...] o sistema colonial (capitalista) realizou com o êxito a globalização que, contudo, não supõe simetria no diálogo, mas exploração e dominação” (Miglievich-Ribeiro; Dos Prazeres, 2015, p. 37). Com isso, os arranjos e manejos da dimensão epistêmica e ontológica encontram-se entrecortadas e entremeadas pela legitimação de um poder e conhecimento específico em detrimento de outros, privilegiando narrativas favoráveis à manutenção de uma ordem pré-estabelecida.

Essa conjunção entre poder e conhecimento (saber) contribuiu para a emersão do ser (identidades), melhor dizendo, o poder que produziu o conhecimento/saber gerou o ser colonizado. Como elencado por Maldonado-Torres (2008, p. 89), “[...] a relação entre poder e conhecimento conduziu ao conceito de ser”. Nestes termos, o autor salienta que “[...] o *ser-colonizado* [...] é antes o produto da modernidade/colonialidade na sua íntima relação com a colonialidade do poder, com a colonialidade do saber e com a própria colonialidade do ser” (Maldonado-Torres, 2008, p. 89, grifo do autor).

Congruente a Quijano (2005a, p. 15), “[...] a colonialidade do poder faz da América Latina um cenário de des/encontros entre nossa experiência, nosso conhecimento e nossa memória histórica”. Dito de outro modo, como indica Dussel (2016, p. 59), a “[...] América Latina, [...] foi um momento constitutivo da Modernidade [...]”, fruto da disseminação (globalização) e prelúdio do capitalismo mercantil de acumulação primitiva de capital, destruição da natureza e legitimação da colonialidade. Esse embate proveniente de uma inferência eurocêntrica pautada no esvaziamento e silenciamento de outras histórias, imanescentes às populações das Américas, é atualizado e materializado na colonialidade do poder, do saber e do ser. Essa perspectiva funciona em oposição à potencialidade das experiências, conhecimentos e narrativas diversas dos povos colonizados, oprimidos e silenciados.

Acerca das consequências para as populações originárias decorrentes das invasões, convocamos e retomamos as palavras de Pinto e Mignolo (2005, p. 389), onde os

autores ponderam que aquelas vastas etnias e configurações de existências e povos “[...] que não foram confinados, foram submetidos a trabalho forçado, e os que sobreviveram ao extermínio - e muitos milhões foram exterminados já nos primeiros contatos com os europeus ocidentais - foram reduzidos à condição de ‘índios’”. Sobre isso, Jecupé (2022, p. 18) elucida que o “[...] índio não se chamava nem se chama índio. O nome “índio” veio dos ventos dos mares do século XVI [...]”.

A atribuição estereotipada desse termo derogatório “índio” abarca uma forma de desumanização e desengajamento com a história pregressa de cada etnia específica. Etnia aqui entendida segundo Munanga (2004), enquanto um grupo cultural. A função da nomenclatura “índio” é padronizar e homogeneizar, criando um estereótipo passível de enquadramento num sistema classificatório brancocêntrico (Munduruku, 2016). Além de tudo, “[...] os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar” (Santos, 2015, p. 15). A coisificação e a desumanização facilitavam a apropriação e o extermínio.

A respeito disso, Todorov (1982) enaltece que a ideia de (re)batizar os lugares e os povos em conformidade ao grau de importância, tal qual as peripécias do desejo dos invasores em suas "descobertas", era uma forma de tomar posse e objetificar aquele espaço e seres. Assim sendo, basta dizer que essa função política de atribuir nomes “justos e adequados” a tudo e a todos (cabe ressaltar, ao que já possuía nomes e sentidos/significados específicos), conforme sua lógica de pensamento, compreensão e as impressões dos "descobridores" e conquistadores, configurava um processo de apropriação (posse) violenta através da (re)nomeação. O autor enfatiza que “[...] rebatizar os lugares em função do lugar que ocupam em sua descoberta, dar-lhes nomes justos; a nomeação, além disso, equivale a tomar posse” (Todorov, 1982, p. 27). E esse tomar posse era sempre a materialização da violência em suas vastas acepções.

Sob tal ponto de vista, esse rebatizado dos lugares e dos povos através do enquadre nominativo estipulado pelo colonizador, embasado na disseminação de uma única identidade (bem como todas as demais imposições), seria um instrumento de controle e domínio da lógica colonialista de nomear e etiquetar em conformidade aos seus critérios excludentes de extermínio, exploração, despertencimento e desvalorização de todo um vasto e

riquíssimo universo (epistemológico e ontológico) mediante a imposição do rótulo “índio” atribuído aos povos originários com o intento de padronizar e homogeneizar uma ampla e plural riqueza étnica.

De maneira idêntica, aqueles que inventaram “[...] os ‘índios’ como categoria genérica foram os grandes especialistas na generalidade, os Brancos, ou por outra, o Estado branco, colonial, imperial, republicano” (Castro, 2017, p. 4). Como sustentam Simas e Rufino (2018, p. 98), a utilização do termo “índio” “[...] como referencial para designar as populações fora do eixo europeu-ocidental nos aponta o tamanho da arrogância da experiência ocidental como um projeto totalitário que se reivindica como único modelo possível”.

Ao mesmo tempo, essa padronização arrogante, através de um termo de referência nominativo-descritivo, foi supostamente justificável perante a soberania de um poder decisório sobre a vida e a morte, fundamentado na invenção do conceito de raça (Quijano, 2005a; 2005b) daqueles considerados, classificados e hierarquizados como inferiores, primitivos e carentes de alma, logo não humanos. Como problematizam Simas e Rufino (2018), isso se deve ao fato de que, ao inventar o indígena e as populações afrodiaspóricas como o outro do europeu, a mentalidade ocidental reduz as vastas civilizações e ricas culturas a um simplório termo ou corte arrogante. Assim, “[...] aquele que passa a ser o outro é generalizado pela acusação de ser menos civilizado, logo inferiorizado diante do nível de sua suposta civilidade” (p. 98).

Em alusão ao elencado, Eduardo Galeano (1979), de maneira sublime, aponta que não foi somente essa violência derogatória e nominativa, classificando, rotulando e encarcerando num enquadramento simplório e reducionista as diversas civilizações dentro de uma perspectiva hierárquica: humano e não humano, superior e inferior. Outro ponto relevante se somava ao descarte da vida praticada pela barbárie e genocídio (da empresa colonial) mediante a morte física durante os embates corporais, isto é, além das mortes advindas das ações violentas, a mortandade dos povos indígenas era potencializada pelo reforço das doenças. Quer dizer, as diversas pragas invisíveis que acompanhavam os europeus como seus mortíferos aliados, e que eram inexistentes para as populações autóctones, as quais seu sistema imunológico não oferecia nenhuma resistência à contaminação, também dizimaram milhões de habitantes das Américas.

A invenção da América e sua invasão, a dominação de seus territórios, a exploração de seus povos, a disseminação de doenças e a extração dos seus bens materiais exerceram demasiada importância na estruturação da Europa como centro econômico-financeiro a partir do século XVII. Essa suposta descoberta e a invenção das Américas demandou um encontro entre vários mundos e várias perspectivas de compreensão que não poderiam ser circunscritas somente a duas compreensões de mundo. Porém, didaticamente, esse encontro/estranhamento foi desenhado entre o dito civilizado e o outro inventado como selvagem.

A partir disso, nossa configuração de mundo nunca mais foi à mesma, tendo em vista que desse encontro nasceu a modernidade, filha da expansão eurocêntrica e do extermínio dos habitantes "ameríndios". Essa era moderna, nascida em 1492, perpetrou o maior genocídio da história da humanidade, que deu origem a um modelo de pensar e agir, o qual gerou todos nós como produtos/produtores da colonização, influenciando as vastas configurações de mundo e de vidas surgidas desse encontro cravado nas invasões, invenções, conquistas e supostas descobertas do outro.

Em essência, mais do que um negócio lucrativo, a “descoberta” do Novo Mundo, a conquista das Américas, o roubo, a posse, o saque de suas riquezas, as tentativas de destruição de sua cultura e o silenciamento de seus saberes-fazer, além do genocídio de seus povos, foram o que possibilitaram a ampliação e extensão geopolítica da Europa. Um novo sistema-mundo se instaurou a partir de 1492 com a chegada dos invasores no Caribe, possibilitando a junção dos dois hemisférios e a globalização do comércio através da perpetuação do colonialismo (Maldonado-Torres, 2018). Como consequência, houve uma demasiada imigração de europeus em direção às Américas com a esperança de fortuna, de uma vida mais digna ou fugindo de perseguições diversas.

O olhar da Europa estava direcionado para o território americano, visando esse novo mercado fornecedor de matéria-prima para a industrialização e desenvolvimento técnico-científico. Quanto mais insumos eram necessários para a produção de mercadorias, mais a ciência e a indústria tinham que se transformar e se desenvolver para acompanhar a demanda crescente ocasionada pelo aumento populacional. Com tal característica, as diversas violências, brutalidades e extermínio étnico (genocídio) praticados nas Américas

possibilitaram a ampliação da explosão demográfica dos europeus, dos sistemas político e da sua estrutura econômica que subsidiavam o *modus operandi* da colonização (Andrews, 2023).

Desse modo, foram as riquezas oriundas da espoliação das colônias, sobretudo na América, que propiciaram o desenvolvimento e esgarçamento geográfico, populacional, técnico, científico, cultural e econômico-político da Europa ocidental. Acerca dessa celeuma, Porto-Gonçalves (2006, pp. 15-16) menciona que a “[...] Europa só se afirma como centro geopolítico e cultural do mundo moderno a partir da constituição da América enquanto periferia colonial (1492) com seu ouro e sua prata; com sua tropicalidade [...]”. Como resultado, Fanon (2022, p. 92) declara que a sensação de “[...] bem-estar e o progresso da Europa foram edificados com o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos índios e dos amarelos”.

5. O percurso até aqui (Considerações finais).

A ideia de colonialidade do poder, do saber e do ser como estrutura de classificação, hierarquização e controle violento das populações transcende e perpassa o colonialismo. Seus impactos repercutem em todos os rincões do existir, encontrando seu eixo fundante na invenção da ideia de racialidade. Ainda mais, porque o racismo como conhecemos hoje não existia antes de 1492, ou melhor, esse antagonismo racial foi uma invenção/produção do mundo moderno capitalista com início na expansão para justificar o domínio sobre os povos colonizados e implantar uma nova configuração de poder, saber e ser.

As referidas diferenças atribuídas pelo colonialismo àqueles denominados selvagens, primitivos, inferiores, desqualificados corroboram com a exclusão sistemática desses povos da noção de civilidade e, conseqüentemente, do acesso à cidadania. Com efeito, Lima e Da Silva (2021, p. 511) asseveram que àqueles povos considerados pelo colonialismo como “[...] selvagens ou primitivos, avaliados como social, racial e cognitivamente inferiores não é possível estender os cobertores da cidadania liberal iluminista, dada sua incivilidade e incapacidade cognitivo-intelectual para tanto”. Esse modo de funcionamento está embasado na manutenção de um conjunto de poderes, privilégios, arranjos societários, manejos culturais e formatos de pensar, classificar e acessar a vida que insistem em reproduzir (atualizando) a violência colonialista. A distribuição deste parâmetro classificatório de operações de força -

poder, saber e ser - que produz e naturaliza as discrepâncias e assimetrias entre os viventes geraram gradações valorativas acerca das populações, espaços geográficos, trabalhos, subjetividades, existências e conhecimentos (Porto-Gonçalves; Quental, 2012).

Os assombros e fantasmas decorrentes da colonização-colonialismo continuam ressoando como sussurros que clamam para serem ouvidos, reivindicando seus espaços de visibilidade e vozes. Os efeitos da colonização ainda repercutem na organização cotidiana da vida em suas minúcias e dos povos assolados como feridas e veias abertas, sobretudo, na incapacidade de convivência com a pluralidade, diversidade e aceitação da alteridade. Dessa forma, Kabengele Munanga (2005, p. 15) pondera que nosso sistema educativo, mediante a formação de cidadãos, professores e educadores, não possibilitou “[...] o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional”.

Em vista disso, toda a imensidão de violências e atrocidades que temperam o passado do processo de colonização e que ainda repercutem e sedimentam as diversas práticas vivenciadas na estrutura social do tempo presente, permanecem apoiadas na descrição conservadora, tendenciosa, manipuladora e unilateral da história numa perspectiva linear. Por sinal, incluindo a própria noção de história como um movimento irrefreável rumo à superação do erro, da barbárie e do atraso em busca da verdade e do abandono da superstição e insensatez pela áulica razão (Bauman, 1998). As vigas ensanguentadas da razão e suas verdades absolutas foram e são enaltecidas como forma libertária de progresso, desenvolvimento e civilidade/bondade, ou, por outra, as “coisas boas” e os “presentes” dos invasores.

Como salienta Quijano, nossa história não teve um desfecho adequado, ou seja, não foi realizada uma resolução ou elaboração coerente dos nossos conflitos oriundos da colonização. Os restos e sobras das barbáries flutuam em nossa vida como reminiscências e ainda deixam seus lastros e odores, impondo, silenciando, classificando e determinando novas modalidades de diferenciações adequadas às suas demandas contemporâneas. Nos termos do supracitado autor, os “[...] nossos problemas não resolvidos nos habitam como fantasmas históricos” (Quijano, 2005a, p. 15), que nos recordam constantemente da dívida ética e moral

que possuímos com o período nefasto da colonização, maquiado nas perversidades contemporâneas (intolerância, preconceito, discriminação, violência e brutalidade).

Nossos fantasmas, assombrações, chagas e veias abertas do colonialismo reverberam, ressoam, se atualizam e ainda sangram nas vivências cotidianas capturadas pelo modelo singular de educação, impactando nas formas de acesso à vida digna e na própria estrutura societária. Portanto, propomos como uma defesa eficaz contra as práticas contínuas de brutalidade na contemporaneidade a ascensão da luta contra a opressão, que exige uma decolonização do pensamento, da linguagem e da prática, destacando, recuperando e valorizando os saberes-fazer e culturas marginalizadas durante o período colonial.

REFERÊNCIAS.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANDREWS, Kehinde. **A nova era do império**: como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo. Trad. C. Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro-RJ, v. 60, n. 2, p. 505-540, abr./jun. 2017. DOI: 10.1590/001152582017127. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhdVDdYPtGrWN/#>. Acesso em 15 jun. 2024.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira De Ciência Política**, Brasília-DF, n. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013. DOI: 10.1590/S0103-33522013000200004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós modernidade**. Trads. M. Gama e C. M Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. 2ª ed. Trads. M. Ávila, E. L. L. Reis e G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os involuntários da pátria: elogio do subdesenvolvimento. **Cadernos de Leitura**, Belo Horizonte-MG, n. 65, p. 1-9, mai. 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5978316/mod_resource/content/1/CASTRO%2C%20Eduardo%20Viveiros%20de.%20Os%20Involunt%C3%A1rios%20da%20P%C3%A1tria%20elogio%20do%20subdesenvolvimento%2C%202017.pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, Brasília-DF, v. 31, n. 1, p. 51-73, jan./abr. 2016. DOI:10.1590/S0102-69922016000100004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wcP4VWBVw6QNbvq8TngggQk/> Acesso em: 14 abr. 2024.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Trad. L. F. Ferreira e R. S. Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. G. Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 80, p. 115-147, out 2008. DOI:10.4000/rccs.697. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697> Acesso em 12 abr. 2024.

JECUPÉ, Kaká Werá. **A terra dos mil povos: História indígena do Brasil contada por um índio**. 2ª ed./rev. São Paulo: Peirópolis, 2020.

LIMA, Alexandre Bonetti.; DA SILVA, Jefferson Olivatto. Contemporaneidade autoritária e a banalização da violência. In: BANDEIRA, G. M. S.; FREITAS, P. G. (orgs.) **Psicologia: reflexões, métodos e processos integrados em sociedade** (Vol. 1). Rio de Janeiro: e-Publicar, 2021. cap. 38, p. 506-521.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis-SC, v. 22, n. 3, p. 935-952, nov. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/>. Acesso em 11 jul. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 80, p. 71-114, out. 2008. DOI: 10.4000/rccs.695. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/695> Acesso em: 10 jul. 2024.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia.; DOS PRAZERES, Lilian. G. A produção da subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras. **Temáticas**, Campinas-SP, v. 23, n. 45, p. 25-52, fev./dez. 2015. DOI: 10.20396/temáticas.v23i45/46.11100. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309230823_A_PRODUCAO_DA_SUBALTERNIDADE_SOB_A_OTICA_POS-COLONIAL_E_DECOLONIAL_ALGUMAS_LEITURAS Acesso em 18 ago. 2024.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, Clacso, 2005. cap. 3, p. 33-49.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: a Opção Descolonial e o significado de Identidade Em Política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, Rio de Janeiro-RJ, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf Acesso em 2 mai. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF,

2004. Disponível em:

https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ª ed./rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNDURUKU, Daniel. **Vozes ancestrais: dez contos indígenas**. São Paulo: Editora FTD Educação, 2016.

OLIVEIRA, Dennis de. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Revista Extraprensa**, São Paulo-SP, v. 11, n. 2, p. 39-57, 2018. DOI: 10.11606/extraprensa2018.145010. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/145010>. Acesso em: 18 ago. 2024.

PINTO, Júlio Roberto de Souza.; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal?: reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, Porto Alegre-RS, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul./set. 2015. DOI: 10.15448/1984-7289.2015.3.20580. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/civitas/a/qqRR8D8df5RKQN9bLmQjFmn/#> Acesso em: 11 mai. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas-MS** [Online], v. 1, n. 3, p. 5-26, 1 mai. 2006. Disponível em:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1344> Acesso em: 04 mai. 2024.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter.; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis**, Santiago, v. 11, n. 31, p. 295-332, abr. 2012. DOI: 10.4067/S0718-65682012000100017. Disponível em:

http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682012000100017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 18 abr. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo-SP, v. 19, n. 55, p. 9-31, set. 2005a. DOI: 10.1590/S0103-40142005000300002 Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/KCnb9McPhytSwZLLfyzGRDP/#> Acesso em: 14 abr. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, Clacso, 2005b. cap. 9, p. 107-130.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (orgs.) **Epistemologias do Sul**. Petrópolis: Vozes, 2009. cap. 3, p. 73-117.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significados**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SIMAS, Luís Antônio.; RUFINO, Luís. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SOUZA, Luiz Gustavo Mendel.; LIMA, Susanna Fernandes. Preto velho e pedagogia do tempo presente. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá-PR, v. 21, n. 231, p. 86-99, nov./dez. 2021. Disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60975> Acesso em: 1 mai. 2024.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a questão do outro**. 2ª ed. Trad. B. P. Moi. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

ⁱ Gostaríamos de reiterar que não compactuamos com nenhum tipo de violência ou assédio contra as mulheres.